

## EXERCÍCIO DA CIDADANIA E PROCESSO DE INTERVENÇÃO COM LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS NO PROJETO SER JUNCO

Maísa Rodrigues de Sá<sup>1</sup>  
Aline Maria Barbosa Domício Sousa<sup>2</sup>  
Antônio Max Guimarães de Carvalho<sup>3</sup>  
Maria Eulaidia de Araujo<sup>4</sup>  
Orlando Lourenço Silva dos Santos<sup>5</sup>  
Ada Raquel Teixeira Mourão<sup>6</sup>

### RESUMO

Este trabalho explana os resultados das atividades de mobilização comunitária no bairro Junco, na cidade de Picos, Piauí, no âmbito do Projeto de Extensão “Ser Junco: educação ambiental e desenvolvimento local sustentável”, da Universidade Federal do Piauí, campus de Picos. O objetivo do projeto foi mapear, através de lideranças comunitárias, os problemas ambientais do bairro e suas consequências sobre o cotidiano dos moradores. Durante a primeira etapa de mobilização dos moradores, foram feitos contatos com as lideranças vinculadas aos postos de saúde, associações, movimentos populares de base, representantes do movimento estudantil, entre outras instituições locais. Em seguida, realizaram-se encontros em formato de rodas de conversa sobre o bairro. Como resultados dos encontros foram apontados como problemas do bairro: ausência de saneamento básico, tráfego complicado, lixo nos espaços públicos. Concluímos que os encontros favoreceram a análise das relações entre os sujeitos e seus contextos ambientais, melhorando as suas percepções sobre a cidade e atuação participativa. Houve, igualmente, o fortalecimento do elo entre a universidade federal e os moradores do bairro.

**Palavras-chave:** Cidadania, Comunidade, Intervenção, Liderança, Participação.

### INTRODUÇÃO

Viver a cidade é um direito importante para o exercício da cidadania e habitar um espaço que traz uma série de dificuldades prejudica a qualidade de vida das pessoas, sua forma de ser e estar no lugar. Os problemas urbanos impactam as relações pessoa-ambiente à medida que dificultam a percepção positiva e a vinculação ao entorno, afetando o bem-estar humano. Este trabalho apresenta as ações realizadas em uma das etapas do projeto de pesquisa e extensão, denominado “Ser Junco: educação ambiental e

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí- UF, [maisa\\_rodrigues@ufpi.edu.br](mailto:maisa_rodrigues@ufpi.edu.br);

<sup>2</sup> Pós-Doutora em psicologia ambiental e comunitária (FPCEUP, Portugal). Professora do Curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) - CE, [alinedomicio@unifor.br](mailto:alinedomicio@unifor.br);

<sup>3</sup> Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, [carvalhomax59@gmail.com](mailto:carvalhomax59@gmail.com);

<sup>4</sup> Pós-doutora em Psicologia, Universidade de Fortaleza - UNIFOR, [eulaidia16@gmail.com](mailto:eulaidia16@gmail.com);

<sup>5</sup> Graduando em Letras pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, [orlandolourenco@ufpi.edu.br](mailto:orlandolourenco@ufpi.edu.br) ;

<sup>6</sup> Professora orientadora: Doutora em Psicologia Ambiental, Universidade de Barcelona, Espanha. Professora da Universidade Federal do Piauí - UFPI [adamourao@ufpi.edu.br](mailto:adamourao@ufpi.edu.br).

desenvolvimento local sustentável”. As ações se deram junto aos grupos comunitários do bairro Junco, situado na cidade de Picos, Piauí.

O bairro em questão, possui relevância para a cidade de Picos, nele está situado o segundo maior entroncamento rodoviário da região Nordeste, com rodovias federais que cortam o Brasil de norte a sul, além de ser sede do campus da UFPI, que recebe estudantes de mais de 30 municípios na microrregião de Picos. Apesar da relevância do bairro Junco no contexto da cidade, ele enfrenta problemas básicos, como ausência de esgotos e acúmulo de lixo urbano, comuns em locais periféricos. A partir desta situação, buscou-se compreender a realidade do bairro, indagar qual seria a percepção dos moradores sobre os principais problemas ambientais, qual o engajamento de cada um nas soluções possíveis que permitiriam a transformação da realidade comunitária local, além de buscar fortalecer alguns grupos comunitários presentes no território, usando as potencialidades existentes no lugar.

O processo geral contemplou 3 etapas: sendo a primeira de mobilização e encontro com lideranças locais, como forma de conhecer o bairro e sua realidade a partir de rodas de conversa; a segunda etapa consistiu em uma pesquisa de campo com os moradores do bairro, buscando conhecer a percepção e vivência dos moradores sobre o bairro e a terceira, foi a intervenção direta envolvendo a população, alunos, professores e gestores de escolas situadas no bairro. Neste trabalho serão explanadas as ações desenvolvidas na primeira etapa, em que foram realizados encontros com lideranças comunitárias, com o objetivo de discutir as questões ambientais do bairro Junco.

O processo de pesquisa e intervenção ocorreu com base no arcabouço teórico da Psicologia Ambiental e Comunitária (PAC). A psicologia ambiental estuda as relações transacionais entre pessoa-ambiente, mantendo como foco as pessoas, principalmente a partir da compreensão sobre como as percepções, atitudes e comportamentos moldam os diferentes contextos ambientais e socio-físicos (Moser, 1998).

A maneira como as pessoas introjetam o significado da vivência na cidade ou no bairro transforma a identidade pessoal a partir das marcas deixadas por elas nos seus ambientes e da apropriação simbólica dos espaços pela identidade, processo construtor da identidade de lugar. Portanto, ela é construída quando o espaço, caracterizado como significativo para cada um, transforma-se em um lugar de afetos e muda a forma como as pessoas o vivenciam e o simbolizam. O espaço geográfico e suas dimensões afetivas são vitais para o estabelecimento de vínculos de pertencimento ao lugar e é condição primeira para o pertencimento aos entornos (Mourão; Cavalcante, 2011). É esse processo de

vinculação que sustenta as ações de transformação do ambiente, ou seja, quando as pessoas sentem que estão vinculadas a um lugar e têm afeto pelo mesmo, são capazes de mobilizar ações individuais ou coletivas para mudar o que vivem, melhorando esses espaços.

A busca por transformar os espaços produz igualmente o efeito retroalimentado de auxiliar na identificação com ele, que uma vez modificado e apropriado se transforma em um lugar, ou seja, em um espaço afetivo, de pausa e acolhimento (Cavalcante; Elias, 2011). Por outro lado, a apropriação é um processo subjetivo que produz a introjeção do espaço a partir de um mecanismo dual, que pode ser simbólico, quando o sujeito se identifica e identifica um determinado lugar como sendo seu, ou por ação-transformação, quando ao agir modifica o espaço e o introjeta, como parte de si mesmo (Pol, 2002).

A ação sobre o lugar produz significados pessoais, que operam como construtores da identidade e significados coletivos, pois a apropriação, mesmo que ocorra de forma individual, será sempre a partir de uma base social e cultural anterior, ou seja, da história e do lugar onde cada um vive. “Pela apropriação, a pessoa se faz por meio das suas próprias ações, num contexto sociocultural e histórico” (Vidal; Pol, 2005).

No cenário acadêmico e prático, a psicologia ambiental comunitária é voltada para a transformação das condições de vida do lugar, desenvolvendo estratégias de intervenção participativa visando, entre outras coisas, uma melhor convivência nesses espaços e, além disso, busca compreender como as pessoas experienciam e se apropriam dos diferentes ambientes, como eles atendem suas necessidades e como impactam suas vidas e processos identitários.

Tal proposta vem da construção de conceitos e elementos teóricos da psicologia comunitária que é vista como uma área de atuação que tem se desenvolvido na América Latina no sentido do fortalecimento da ação reivindicatória das populações que vivem imersas em contextos de vulnerabilidade e pobreza. O elo entre a psicologia comunitária e a psicologia ambiental é orgânico no sentido do estudo das relações que as pessoas estabelecem com os seus ambientes, em especial os espaços públicos, como lugares de vinculação. Mas, também, seus espaços de moradia, numa relação de mediação que de certa forma os psicólogos ambientais e comunitários produzem ao apresentar elementos de transformação do lugar a partir de ações possíveis de mudança de cada um dos moradores – o que chamamos de relações de vizinhança.

Nesse processo é importante ter em mente que se torna “[...] necessário que ele [o morador] saiba reconhecer em si o desejo de transformar sua realidade ambiental e suas

circunstâncias de determinação, aquilo que, no dizer de Espinosa, consistiria na potência de ação, sendo a mesma, cotidiana e política [...]” (Tassara; Patrício, 2016, p.12). Isto implica, necessariamente, o exercício da cidadania, posto que agir traz, sobretudo, os efeitos de melhoria do que não está bom ou em conformidade com o que se espera do lugar e com o que é preciso para a vivência de equilíbrio nas relações comunitárias.

O conceito de comunidade se relaciona com a necessidade de demarcar um campo de atuação que contribui para ações humanas no âmbito coletivo, com impactos nos processos socioeconômicos e históricos do lugar. Diversos autores (Lima; Bomfim, 2009; Higuchi; Albuquerque, 2022) formularam conceitos que vão desde a noção geográfica, passando pelas relações sociais estabelecidas no território, aos processos de vinculação afetiva das pessoas com os seus ambientes de moradia, de trabalho e convívio. Nesse processo, utiliza-se a visão interdisciplinar da psicologia ambiental e comunitária latino-americana ao afirmar que a vinculação das pessoas a um território não é natural, mas construída no processo histórico com a necessidade de conceituar e compreender como o Junco, em Picos, é considerado uma comunidade.

Daí se desenha um desafio importante para a psicologia ambiental e comunitária latino-americana<sup>7</sup>, que como já dito, se relaciona com os contextos de opressão contra grupos que resistem à dissolução de laços comunitários e simbólicos com os lugares ou na forma da destruição dos recursos necessários à sua existência digna, isto inclui todos os tipos de falta de condições mínimas de sobrevivência no lugar, como saneamento, a moradia, reuso dos resíduos sólidos, mobilidade urbana, meios de subsistência e o que mais for necessário a uma vida digna.

É lícito pensarmos que a ausência mínima destas condições de moradia põe em foco a ausência de direitos de cidadania, que, no Brasil, foi formalmente instituído pelo artigo 225 da Constituição Federal (Brasil, 2001), embora “violado cotidianamente por decisões pessoais e/ou políticas e/ou econômicas que desrespeitam o meio ambiente e o uso comum do povo, sendo as mesmas essenciais à qualidade de vida de todos” (Bôlla; Milioli, 2019, p. 3).

Diante dos problemas visíveis no bairro Junco, buscou-se compreender, nessa primeira etapa da pesquisa-intervenção, como lideranças de referência local vivenciavam e percebiam o bairro e quais seriam, segundo eles, as principais questões ambientais a

---

<sup>7</sup> Laboratório de Sustentabilidade - LASSU (São Paulo). Pilares da Sustentabilidade. Disponível em: <http://www.lassu.usp.br/sustentabilidade/pilaresda-sustentabilidade>. Acesso em: 24 set. 2023.

serem transformadas. Para tanto desenvolvemos estratégias participativas que pudessem situar a equipe de pesquisadores diante da realidade comunitária.

## **METODOLOGIA**

No processo de pesquisa-intervenção foram utilizadas metodologias participativas para a ação no bairro, com a proposta de legitimar a voz, prioritariamente dos envolvidos, que são os verdadeiros conhecedores da realidade e aqueles que podem sugerir propostas de melhorias para as coletividades, valorizando o saber popular em diálogo com o saber científico.

Utilizou-se o método da Investigação-ação-participante – IAPA (Frizzo, 2010) como proposta de articulação com a comunidade, a partir das lideranças que residiam no bairro ou que possuíam afinidades com o lugar. De acordo com Frizzo (2010), o processo de investigação pode acontecer a partir de um agente externo, como por exemplo uma equipe de pesquisadores, mas deve ter o intuito de promover mudanças. “A primeira tarefa desse agente é conhecer a comunidade, mobilizando-a [...] no segundo momento já é necessário contar com a participação comunitária para definir a formulação do problema” (Frizzo, 2010, p. 161).

Os próximos passos foram a escolha das formas de coletar informações e, levando em conta a IAPA, foi necessário usar métodos dialógicos participativos. A seguir, os resultados foram expostos à comunidade para que pudessem “definir o uso dos resultados da investigação e organizar a ação política ou outro tipo mais adequado de ação, [...] iniciar a busca de soluções para as dificuldades, [...] a ação pode suscitar novos problemas, ou novas reflexões” (Frizzo, 2010, p. 162).

O projeto foi realizado de forma presencial, inicialmente, a partir de visitas ao bairro Junco e mobilização de representações da comunidade. Em seguida, realizaram-se rodas de conversa com lideranças comunitárias, gestores municipais, alunos e professores, nas quais foram aplicadas técnicas de escuta ativa para identificar problemas ambientais do bairro, possíveis soluções e ações necessárias à melhoria do bem-estar comunitário.

Na primeira reunião, realizada no mês de outubro de 2023, apresentaram-se os resultados das ações realizadas em um projeto anterior sobre o Junco e os objetivos e propostas do projeto Ser Junco. Na segunda reunião, realizada em maio de 2024, realizaram-se as rodas de conversa sobre as questões ambientais do bairro. A partir da

quantidade de pessoas presentes, formaram-se sete grupos de três pessoas, com acompanhamento de um monitor do projeto. A conversa foi conduzida a partir do tripé: Problemas – Soluções – Ações, em que os participantes discutiram, em cada grupo menor, as principais problemáticas do bairro, indicaram as possíveis soluções e as ações necessárias à implementação.

Após a reunião em grupos menores, cada grupo expôs para a assembleia os 3 principais problemas do bairro, as soluções e ações pensadas para sua resolução. A partir das discussões na assembleia foi possível elencar os problemas mais prementes e a expectativa de ações para sua solução, que serão detalhadas nos resultados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados obtidos nas rodas de conversa com as lideranças locais, gestores, alunos e professores da UFPI foram organizados em três categorias: problemáticas, soluções e ações.

Na categoria “Problemáticas”, as questões prioritárias identificadas pelos grupos, por ordem de frequência, foram: 1) saneamento básico; 2) transporte e tráfego; 3) lixo, coleta e queimadas; 4) iluminação pública; 5) abandono de animais e 6) acessibilidade física e inclusão. Além dos problemas ambientais, a ausência de participação comunitária foi ressaltada como um problema agravante dos demais.

A dificuldade de participação da comunidade foi sentida durante todo o processo. Foram convidados vários representantes das instituições presentes no bairro, como: igrejas, posto de saúde, Caps, escolas, corpo de bombeiros, SEST/SENAT, associações de moradores e de defesa dos animais, além de comerciantes de referência e moradores históricos do bairro. A pouca participação acendeu um alerta sobre a possibilidade da baixa “potência de ação”, que segundo Espinoza (*apud* Tassara; Patrício, 2016), prejudica a mobilização e ação cidadã visando a transformação do bairro. Eles percebem, sentem o mal-estar, identificam os problemas, mas não se organizam para a ação comunitária.

Quanto aos resultados, a ausência de saneamento básico foi apontada como um problema por 4 dos 7 grupos participantes. O bairro é cortado por poças d’água decorrentes de esgotos sem tratamento, o que pode trazer doenças, além de mau cheiro, o que prejudica o bem-estar e a saúde dos moradores.

As questões problemáticas envolvendo trânsito e transporte foram citadas por 3 grupos, descrevendo um trânsito caótico e inseguro, vias mal sinalizadas, ausência de

transporte público de qualidade, o que provoca acidentes e muitos transtornos para o deslocamento dos moradores, seja no bairro ou para outros bairros da cidade. Vale ressaltar a confluência de 3 rodovias federais cruzando o bairro, além da presença do campus da UFPI, que recebe um fluxo de cerca de 4.000 alunos e professores diariamente, nos 3 turnos.

A problemática do lixo e resíduos sólidos nos espaços públicos foi identificada por 2 grupos, que atribuíram o problema mais aos próprios moradores, que à Prefeitura. A coleta é realizada 3 vezes por semana, entretanto, muitos moradores colocam o lixo nas ruas após a passagem do veículo, fazendo com que os animais andantes, presentes no bairro, espalhem o lixo pelas calçadas. Além disso, o lixo é frequentemente jogado em terrenos não murados, de forma inadequada e fora do alcance do caminhão de coleta, provocando mau cheiro, entupimento de bueiros e doenças como dengue.

Ademais foram citados como problemas ambientais, a inadequada iluminação pública, o que provoca insegurança; o abandono e maus tratos de animais, além da falta de acessibilidade nos espaços públicos.

Na figura 1, observam-se alguns dos problemas ambientais elencados pelos participantes: animais abandonados nas ruas que, além de correr o risco de serem atropelados, podem também ocasionar acidentes, tornando o trânsito mais perigoso, tendo em vista a presença constante de caminhões e carros, nas rodovias federais que cruzam o bairro.

Figura 1: Trânsito caótico, animal na rua, esgoto a céu aberto, lixo na calçada



Fonte: Projeto Ser Junco

Ademais, a saúde das pessoas se encontra em risco a partir do descaso com os animais, pois podem atacar transeuntes, e com isso, gerar outro problema de saúde pública, que seria a transmissão de doenças. Somente um hospital na cidade oferece a vacina antirrábica. O abandono de animais, além de um caso de saúde pública, é também um ato desrespeito à dignidade dos animais, constante na própria Constituição Federal do Brasil de 1988.

As soluções apontadas pelas lideranças para os problemas do bairro foram categorizadas por: responsabilidade do Poder Público e responsabilidade da comunidade. De responsabilidade do Poder Público destaca-se a criação e efetivação do Plano de Mobilidade Urbana Municipal, renovação e cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, implantação de tambores de lixo em pontos estratégicos e controle de natalidade dos animais abandonados. E de responsabilidade da comunidade: sensibilização da população sobre a importância da construção de fossas sépticas, implementação de cestos de lixo compartilhados e mapeamento de áreas sem iluminação pública.

As ações necessárias à resolução dos problemas ambientais foram divididas entre aquelas de responsabilidades do poder público: maior fiscalização das linhas de ônibus, Projeto de Lei para tratar a questão do lixo, audiências públicas para debater e encaminhar ações diante das problemáticas identificadas e criação de abrigo e hospital público para animais abandonados; e como responsabilidade da comunidade: maior participação na cobrança de soluções, campanhas educativas relacionadas ao lixo, promoção de eventos comunitários para a discussão dos problemas, com a presença de representantes do poder público e organização de equipes para monitorar e denunciar os problemas de iluminação pública, além de cobrar da prefeitura a resolução dos problemas como o saneamento.

Para que as ações aconteçam é necessário a presença anterior de um elemento aglutinador: o sentimento de comunidade, de identidade coletiva, que seria pertencer a uma cidade. A construção de uma cidadania plena exige uma espécie de solidariedade familiar, que vai sendo externada em algum espaço coletivo com uma base geográfica de referência, com as regras impessoais, racionais, íntimas ou institucionais; enfim, é como levar a casa para a rua (DaMatta, 1988).

Outrossim, as demais etapas da inserção em campo foram sendo construídas com a preocupação de favorecer elementos de autonomia e participação comunitária conforme



as ações foram sendo desenvolvidas. Um desafio, certamente, posto que o projeto se insere na própria realidade no nordeste do Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A aplicação do instrumento de escuta proporcionou a troca coletiva, buscando identificar os principais problemas do bairro, bem como a indicação de maneiras para alcançar soluções e ações sustentáveis que favorecessem a qualidade de vida no lugar. Esses encontros propiciaram o envolvimento de lideranças no processo de mapeamento e busca de soluções para os problemas socioambientais do bairro Junco, demonstrando a importância da mobilização comunitária na construção de alternativas sustentáveis capazes de favorecer as relações entre os sujeitos e seu contexto ambiental, melhorando sua percepção sobre a cidade e atuação participativa. Houve, igualmente, o fortalecimento do elo entre a universidade-bairro.

Atribuímos estes resultados ao uso de metodologias participativas com o olhar voltado ao arcabouço teórico da psicologia ambiental e comunitária. Notadamente são itens que captam a visão de realidade, de forma ativa, a partir das vivências das pessoas nos lugares. A metodologia possibilitou compreender como as condições materiais de vida agem na construção do psiquismo humano e resultam na moldagem dos comportamentos para a valorização da vida através do exercício da cidadania, dessa forma, pensamos que a mudança se torna possível.

Entretanto, é salutar lembrar que a participação popular é algo inerente ao ser humano e como tal necessita de iniciativas que sejam pessoais para em seguida fomentar a coletividade para a mudança. Como afirmam Lima e Galimberti (2016) a cidadania se institui como expressão do pensamento e do afeto.

**AGRADECIMENTOS:** Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI, que através de edital de apoio à extensão (PAPE), financiou a execução deste projeto.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2001

BÔLLA, K. D. S.; MILIOLI, G. (2019). A Questão Ambiental no CRAS: Promoção de Qualidade de Vida e Sustentabilidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. 2-15. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003188719>.

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. (2011). Apropriação. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Orgs.) **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes. p. 63-69.

DAMATTA, Roberto. A questão da cidadania num universo relacional. In: **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

FRIZZO, K. R. (2010). Investigação Ação-Participante. In: SARRIERA, Jorge Castellá; SAFORCADA, Enrique Teófilo (Org). **Introdução à psicologia comunitária: Bases teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p.153-166.

HIGUCHI, M. I. G.; ALBUQUERQUE, D. S. **Cronologias na relação pessoa-ambiente**. Curitiba: CRV, 2022.

LIMA, D. M. A.; BOMFIM, Z. Áurea C. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. **Psico**, v.40, n. 4, 2009. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/4711>

LIMA, F. A.; GALIMBERTTI, P. A. Sentidos da participação social na saúde para lideranças comunitárias e profissionais da Estratégia Saúde da Família do território de Vila União, em Sobral-CE. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 26, n.1, p. 157-175, 2016.

MOSER, G. Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 3, n. 1, p. 121-130, 1998.

MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 208-226.

POL, E. (2002). El modelo dual de la apropiación del espacio. In: GARCÍA-MIRA, J. M., SABUCEDO; ROMAY, J. (Eds.) **Psicología y medio ambiente: aspectos psicosociales, educativos y metodológicos**. A Coruña: Asociación Galega de Estudios e investigación Psicosocial-Publiedisa, 2002. p. 123-132.

TASSARA, E.; PATRÍCIO, Sandra. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Política Ambiental: contribuições interdisciplinares para um projeto de futuro**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2016. p. 7-13.

VIDAL, T.; POL, E. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. **Anuario de Psicología**. Barcelona, v.36, n.3, p.281-297, 2005. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=97017406>

VIEIRA, L. Cidadania e controle social. **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.